

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da Mesa

REQUERIMENTO	Número	/XI (.ª)
PERGUNTA	Número	/XI (.ª)

Assunto: Dirigentes da comunidade Bahá'ís detidos no Irão

Destinatário: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em 4 de Março de 2008 uma dirigente Bahá'í e a 14 de Maio de 2008 outros seis dirigentes da Comunidade Bahá'í foram detidos em Mashad e Teerão, respectivamente, sem qualquer acusação formal. A esta detenção injustificada sucederam inúmeros adiamentos do julgamento que veio a ser finalmente iniciado no passado dia 12 de Janeiro.

As informações recolhidas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda junto dos membros da Comunidade Bahá'í em Portugal, vão no sentido de esta primeira sessão do julgamento, que ocorreu em Teerão, ter sido manchada por diversas irregularidades processuais, tendo sido proibida a presença de observadores independentes e dos próprios advogados de defesa que só após terem reivindicado o seu direito a estarem foram admitidos a defender os seus constituintes. A próxima sessão deste julgamento foi agendada para dia 7 de Fevereiro, mas há receios que se eternize com prejuízo claro da condição dos detidos.

Estas detenções acrescem a uma prática continuada de tratamento arbitrário desta comunidade pelas autoridades iranianas. Só nos últimos dez meses, cerca de 50 membros da, agora extinta, administração Ad-Hoc da Comunidade Bahá'í Iraniana foram chamadas para interrogatórios e pressionadas a assinar documentos em que se comprometem não participarem em actividades daquela religião.

Estas acções do Governo Iraniano já levaram mesmo a Relatora Especial das Nações Unidas sobre a Liberdade de Religião ou Crença, Asma Jahangir, a revelar, em Março de 2006, a sua grave preocupação quando teve conhecimento que o Comando Central das Forças Armadas Iranianas havia solicitado que “toda e qualquer informação sobre membros da Fé Bahá'í” deveria ser secretamente recolhida. Ao que nos é dado a conhecer estas acções continuam.

Acreditamos que estas acções e o incitamento ao ódio que é realizado pelos meios de comunicação afectos ao regime, nomeadamente através da agência de notícias Fars News, vão contra o artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos do Homem e devem ser motivo de preocupação e intervenção de todos os Governos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:

- 1) Conhece o Governo a situação dos sete dirigentes da Comunidade Bahá'í no Irão?
- 2) Que contactos pretende o Governo Português realizar junto das autoridades iranianas no sentido de que este julgamento se processe dentro do respeito integral pelas normas internacionais de garantia de isenção e imparcialidade judiciais?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Palácio de São Bento, 25 de Janeiro de 2010.

O Deputado

José Manuel Pureza